



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Ficha de Unidade Curricular

Curso de Mestrado em Direito e Prática Jurídica
2025/2026

Nome da Unidade curricular:

Economia e Fiscalidade do Ambiente e da Energia (Turma TAN)

Informação Complementar:

Duração: Semestral ☒ Anual ☐
Horas de Trabalho: 196
Créditos ECTS: 7

Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular:

Carlos Baptista Lobo

Conteúdos programáticos:

AULA DE APRESENTAÇÃO

1. Considerações Prévias
2. Da Adopção da Terminologia «Economia e Fiscalidade do Ambiente, Energia, Ordenamento do Território e do Urbanismo»
3. Das Razões da Escolha da Economia e Fiscalidade do Ambiente, Energia, Ordenamento do Território e do Urbanismo

PARTE I

INTRODUÇÃO GERAL

CAPÍTULO I

QUESTÃO AMBIENTAL

1. Introdução
 - 1.1. Ambiente e Economia
 - 1.2. Ambiente e Utilidade
 - 1.3. Ambiente e Igualdade
2. Os Desafios Ambientais Futuros e a Questão do Ordenamento do Território e do Urbanismo
 - 2.1. Os Desafios Ambientais
 - 2.2. O Ordenamento do Território e o Urbanismo em Especial
3. O Crescimento Sustentável
 - 3.1. Ambiente e Sistemas Económicos
 - 3.2. A Superação do Dilema Economia/Ambiente. A Curva de Kuznets Ambiental e o Paradoxo de Jevons
 - 3.3. O Alvor do Crescimento Sustentável. O Estado Bem-Estar
 - 3.4. O Conceito de Desenvolvimento Sustentável. O Relatório Brundtland
 - 3.5. Dimensão Espacial do Desenvolvimento Sustentável. De Quioto a Paris
 - 3.6. A Dimensão Temporal do Crescimento Sustentável. A Equidade Intergeracional
 - 3.7. A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável

CAPÍTULO II

QUESTÃO TERRITORIAL

1. Território Sustentável
2. Urbanismo Sustentável
 - 2.1. Políticas Públicas de Alta Densidade e Políticas Públicas de Baixa Densidade. Superação da Clivagem Interior/Litoral
 - 2.2. As Smart Cities e a Política de Digitalização do Governo das Cidades

PARTE II

A REGULAÇÃO ECONÓMICA NA RESOLUÇÃO DA QUESTÃO AMBIENTAL E TERRITORIAL

CAPÍTULO I

CONDIÇÕES ESTRUTURAIS DO MERCADO AMBIENTAL

1. O Desenvolvimento Sustentável e as Condições de Mercado
2. O Caminho para a Identificação das Falhas de Mercado. De Mill a Sidgwick
3. Falhas de Mercado: Conceito

CAPÍTULO II

O DIREITO ECONÓMICO NO AMBIENTE E NO TERRITÓRIO

1. As Falhas de Mercado e a Redistribuição
2. A Função Reguladora do Estado no Ambiente e Território
3. Falhas de Mercado e Falhas de Governo: Princípio da Prevalência do Direito Económico na Questão Ambiental e Territorial
4. A Função Reguladora do Estado no Ambiente e no Território
 - 4.1. O Direito Económico e a Eficiência Produtiva
 - 4.2. O Direito Económico e a Redistribuição
5. O Direito do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Urbanismo como Ramos Sectoriais do Direito Económico
 - 5.1. Um Exemplo de Tragédia Interpretativa — As Obras de Escassa Relevância Urbanística
6. A Questão Ambiental e a Escolha Pública
 - 6.1. A Tragédia Revelada na Escolha Pública
 - 6.2. A Catarse da Escolha Pública
7. A Constituição Económica Portuguesa Enquanto Elemento Conformador Fundamental da Decisão Ambiental, Territorial e Urbanística
8. A Intervenção Pública como Elemento Essencial na Resolução da Questão Ambiental e Territorial

9. Políticas Públicas e o Advento da Economia Comportamental em Sede Ambiental

9.1. Uma Ressalva: as Realidades em Mudança: o Fim da Acção Pública?

PARTE III

A QUESTÃO AMBIENTAL

CAPÍTULO I

EXTERIORIDADES AMBIENTAIS

1. Exterioridade. Delimitação Conceptual
2. As Exterioridades Ambientais
3. Exterioridades Ambientais. Metodologias de Resolução Tradicionais

CAPÍTULO II

OS RECURSOS COMUNS

1. Recursos Comuns. Delimitação Conceptual
2. A Insustentável Leveza dos Recursos Comuns: o Planeta Finito
3. Corolário da Não Exclusão com Rivalidade: A Tragédia dos Baldios
- 3.1. A Apropriação «Eficiente» como Elemento Crucial para o Desenvolvimento Sustentável
- 3.2. A Teoria dos Jogos Não Cooperativos e a Formação da Decisão nos Baldios
- 3.3. A Tensão Liberdade/Realidade na Definição dos Modelos de Apropriação Óptima

PARTE IV

INSTRUMENTOS FINANCEIROS E FISCAIS NA RESOLUÇÃO DA QUESTÃO AMBIENTAL E TERRITORIAL

CAPÍTULO I

ENQUADRAMENTO INSTRUMENTAL

1. Autonomia Privada, Direito de Propriedade e Responsabilidade Civil
2. Os Instrumentos Administrativos
3. Conclusão: da Fundamental Importância dos Instrumentos Económico-Financeiros

CAPÍTULO II

OS INSTRUMENTOS ECONÓMICO-FINANCEIROS PARA A CORRECÇÃO DO MERCADO

1. Introdução
2. As Subvenções Ambientais
 - 2.1. O Princípio Poluidor Pagador
 - 2.2. A Posição do Tribunal de Justiça Europeu
 - 2.3. O Enquadramento Comunitário dos Auxílios Estatais a Favor do Ambiente
3. Os Tributos Ambientais
 - 3.1. Prévio: dos Tributos em Geral. Capacidade Contributiva vs. Equivalência ou Benefício
 - 3.2. Os Impostos
 - 3.3. As Taxas
4. As Contribuições
 - 4.1. Contribuições Especiais
 - 4.2. Contribuições Financeiras
 - 4.3. Tarifas
5. O Conceito de Tributo Ambiental
6. Política Tributária Ambiental e Territorial. Disfunções Dogmáticas
7. (Des)Evolução Teórica da Tributação Ambiental

8. A Reforma da Fiscalidade Verde
9. Conclusão: uma Política Tributária Ambiental Eficiente e Justa

CAPÍTULO III

OS INSTRUMENTOS ECONÓMICO-FINANCEIROS PARA A CRIAÇÃO DO MERCADO

1. Prévio. A Perspectiva de Coase
2. O Teorema de Coase e a Formação de Mercados Secundários
3. Os Direitos de Emissão Negociáveis («Sistemas Cap and Trade»)
4. Os Sistemas Internacionais de Direitos de Emissão Negociáveis. O CELE em Especial
 - 4.1. Fases de Implementação do CELE
 - 4.2. O Mecanismo de Leilão do CELE
 - 4.3. O Futuro do CELE: 4.^a Fase
5. Conclusão: uma Política de Direitos Negociáveis Eficiente e Justa

CAPÍTULO IV

EM ESPECIAL: COMO EVITAR A TRAGÉDIA NOS RECURSOS COMUNS

1. Os Protagonistas Possíveis na Resolução da Tragédia dos Baldios
 - 1.1. O Leviatão Redentor
 - 1.2. O Privatizador Implacável
 - 1.3. O Coordenador Benévolo
 - 1.4. O Jogador Insaciável
 - 1.5. O Tributário Eficiente
 - 1.5.1. Um Exemplo: o Espectro Radioelétrico como Recurso Comum

PARTE V

A QUESTÃO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO URBANISMO

CAPÍTULO I

SOLO E REGULAÇÃO ECONÓMICA

1. A Regulação Fundiária em Geral
2. O Solo na Teoria Económica
- 2.1. O Solo na Economia Pré-clássica
- 2.2. O Solo na Economia Clássica
- 2.3. O Solo na Economia Neoclássica
3. O Renascimento do Solo na Teoria Económica
- 3.1. A Economia do Solo, a Economia Agrária e a Economia Imobiliária
- 3.2. O Solo na Economia Ambiental e na Economia Ecológica
- 3.3. O Solo e o seu Enquadramento Económico Actual: as Diferenças Fundamentais entre Solo e o Capital
- 3.4. Consequências na Caracterização do Mercado Imobiliário

CAPÍTULO II

AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E NO URBANISMO

1. O Solo, a sua Apropriação e o Conceito de Propriedade
2. O Direito de Propriedade Enquanto Conceito Agregador de Faculdades

CAPÍTULO III

REGULAÇÃO EFICIENTE DO SOLO — VERTENTE DA EFICIÊNCIA PRODUTIVA

1. A Formulação dos Direitos Reais de Apropriação Enquanto Primeiro Nível de Regulação Fundiária — A Vertente Bilateral ou de Vizinhança.
- 1.1. O Direito de Propriedade Fundiária na História

- 1.2. Conclusão: a Regulação Económica das Relações Individuais como Primeira Linha Regulatória: a Dimensão Eficiente dos Direitos de Apropriação
2. A Formulação da Função Social da Propriedade Fundiária Enquanto Segundo Nível de Regulação Fundiária — a Vertente do Interesse Público
 - 2.1. O Equilíbrio entre o Direito e o Dever de Propriedade
 - 2.2. A Formulação Eficiente do Modelo de Regulação Pública da Propriedade Fundiária
 - 2.3. A Função Social do Direito de Propriedade Fundiária
 - 2.4. Da Função Social aos Modelos de Regulação assentes no Ordenamento do Território
 - 2.5. Regulação Económica Territorial: Vertente do Planeamento e Ordenamento do Território e do Urbanismo
 - 2.5.1. A Regulação Económica do Mercado Fundiário como Condição Necessária, mas não Suficiente para a Concretização de Situações Óptimas
 - 2.6. Modelo de Utilização Eficiente: a Segmentação dos Mercados Enquanto Função Primordial da Acção Regulatória em Sede de Ordenamento do Território e do Urbanismo
 - 2.7. O Perigo da Acção Privada Ineficiente: o Desemparcelamento Fundiário
 - 2.8. O Perigo da Acção Pública Ineficiente: a Tragédia dos Antibaldios
 - 2.9. A Tragédia dos Anti-baldios ao Nível do Ordenamento do Território e do Urbanismo
 - 2.10. A Tragédia dos Anti-baldios ao Nível da Definição do Direito de Propriedade
 - 2.11. Conclusões Quanto ao Segundo Nível de Acção Regulatória: a Dimensão da Política do Solo e os seus Efeitos no Conceito de Valor Fundiário
3. Num Terceiro Nível Regulatório — Vertente da Organização Eficiente das Redes Locais e Regionais
 - 3.1. O Planeamento Urbano e a Economia Espacial
 - 3.2. As Economias e Deseconomias Externas na Organização das Cidades e Regiões
 - 3.3. A Emergência da Economia Regional
 - 3.4. A Estrutura Típica de Organização do Mercado Fundiário: de Dixit-Stiglitz a Heckscher-Olin-Samuelson: Conclusões quanto ao Terceiro Nível Regulatório — a Dimensão das Políticas Públicas

CAPÍTULO IV

PRODUÇÃO DE BENS PÚBLICOS

1. A Actividade Financeira do Estado no Quadro da Regulação do Mercado do Solo
2. As Infra-estruturas Territoriais e Urbanas Enquanto «Bens Públicos»
 - 2.1. Bem Público: Conceito
 - 2.2. O Mundo em Mudança: a «Privatização» dos Bens Públicos — do farol aos satélites
 - 2.3. O Financiamento como Elemento Determinante
3. Vertente Financeira da Actividade de Produção de Infra-Estruturas Urbanísticas
4. Vinculações Constitucionais do Sistema Tributário Urbanístico: o Princípio Da Equivalência
5. Da Concretização da Equivalência Jurídica — Critérios de Definição dos Níveis de Equivalência Consoante a Tipologia do Bem em Presença
 - 5.1. O Conceito de «Clube» e a Relevância da sua Dimensão
 - 5.2. A Relevância da Dimensão e a Intensidade da Relação Equivalência/Capacidade Contributiva ou Eficiência/Igualdade
6. Da Concretização da Equivalência Económica — Critérios de Imputação de Custos InfraEstruturais Urbanísticos por via da Identificabilidade do Beneficiário/ Divisibilidade das Prestações
 - 6.1. Impostos e Contribuições Territoriais e Urbanísticas: o Mundo da Equivalência Ampla
 - 6.2. Um Caso Especial: a Tragédia da Derrama Municipal
 - 6.3. O Caso Especial das Contribuições Especiais e Financeiras Territoriais e Urbanas
 - 6.4. As Taxas e as Tarifas Urbanísticas: o Mundo da Equivalência Estrita

CAPÍTULO V

O NOVO MODELO DE REGULAÇÃO ECONÓMICA DO SOLO, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO URBANISMO

1. Lei de Bases das Políticas Públicas de Solos, Ordenamento do Território e Urbanismo e Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial
 - 1.1. Eliminação da Criação da Renda Monopolista por via Autoritária através da Erradicação do Conceito de Solo Urbanizável
 - 1.2. Eliminação do Incentivo ao Ócio por via do Mecanismo da Aquisição Gradual das Faculdades Urbanísticas e da Programação Urbanística
2. Estabelecimento de um Princípio de Auto-sustentabilidade Financeira do Desenvolvimento Urbanístico
3. Definição do Princípio da Equivalência ou do Benefício Enquanto Elemento Estruturante da Tributação do Património Imobiliário Urbano
 - 3.1. A Taxa pela Realização, Manutenção e Reforço de Infra-estruturas (TRMRI)
 - 3.2. A Contribuição Grupal Local Inexistente
 - 3.2.1. A Contribuição Municipal por Especial Prejuízo
 - 3.2.2. Contribuição Municipal de Melhoria

PARTE VI

VERTENTE REDISTRIBUTIVA

CAPÍTULO I

PEREQUAÇÃO TERRITORIAL E URBANÍSTICA

1. O Zonamento na Gestão do Território e do Urbanismo
2. A Redistribuição na Formação de Valor da Propriedade Fundiária
3. Modelos de Gestão da Mais-Valia por Reclassificação do uso do Solo
 - 3.1. Modelo Perequativo Baseado na Actuação Económica
 - 3.2. Modelo Perequativo Baseado na Regulação Económica
 - 3.3. Modelo Regulatório com Socialização da Mais-valia de Reclassificação

CAPÍTULO II

PEREQUAÇÃO EM ACÇÃO

1. A Perequação no Novo Regime Jurídico
 - 1.1. Perequação de Primeiro Nível: a Afectação Social de Mais-Valias
 - 1.2. Perequação de Segundo Nível: Distribuição dos Benefícios e Encargos Intraplano
 - 1.3. Perequação de Terceiro Nível: Cedências para a Implementação, Instalação e Renovação de Infra-estruturas, Equipamentos e Espaços Urbanos de Utilização Colectiva
2. Transmissão de Direitos de Edificação
3. Alguns Exemplos Práticos de Perequação

PARTE VII

A QUESTÃO ENERGÉTICA

CAPÍTULO I

O TRIBUTO ENERGÉTICO

1. Prévio. Dimensão Transversal da Questão Energética
2. Energia, Emissões, Recursos e Redes

CAPÍTULO II

TRIBUTAÇÃO ENERGÉTICA E AS EMISSÕES

A VERTENTE DAS EXTERIORIDADES

1. Tributação da Energia
2. Uma Questão Controversa: ISP/Adicionamento/CELE

CAPÍTULO III

TRIBUTAÇÃO ENERGÉTICA E AS FONTES ENDÓGENAS DE PRODUÇÃO HÍDRICA E EÓLICA

A VERTENTE DOS RECURSOS COMUNS

1. Correção das Falhas de Mercado na Geração de Energia e Descentralização Financeira
2. A Descentralização Financeira e o Novo Quadro das Finanças Locais
3. A «Derrama Energética»
 - 3.1. Um Exemplo: as Albufeiras das Barragens Enquanto Elementos Constitutivos do Estabelecimento Estável
 - 3.2. Relevância da Qualificação da Albufeira Enquanto Bem do Domínio Público Hídrico
4. Delimitação Negativa: as Barragens Enquanto Activos fora do Âmbito de Incidência do IMI
5. A Unidade Funcional da Produção Hidroelétrica: a Integração das Barragens no Domínio Público Hídrico e o Conceito de «Propriedade Económica» Subjacente
6. Um Argumento Adicional: a Inscrição Matricial como Meio de Inventariação Fiscal
7. Dos Riscos de Sobreposição Tributária por Desconexão Dogmática
8. Tributação e Direito de Propriedade: a sua Manifestação Enquanto Propriedade Líquida e Base de Determinação de Inconstitucionalidade por «Confisco»
9. Os Parques Eólicos e o Conceito de Prédio em IMI
10. O Valor do Prédio para Efeitos de IMI
11. Metodologias de Avaliação dos Parques Eólicos
12. Proposta: Incorporar a «Renda» de 2,5% Prevista no Anexo II do Decreto-Lei n.º 189/88 Enquanto Tributação em Sede de Contribuição de Melhoria (uma Para-derrama)

CAPÍTULO IV

TRIBUTAÇÃO ENERGÉTICA E AS REDES

A VERTENTE DO BEM PÚBLICO

1. A Rede Elétrica Enquanto Protótipo de Infra-estrutura Territorial e Urbanística
2. A Rede Elétrica como Bem do Domínio Público
3. O Modelo de Agregação da Rede Elétrica e seus Corolários em Sede de IVA

4. Tributação das Actividades Reguladas em Portugal: o Caso Particular do Sector Eléctrico e do Gás Natural

4.1. O Enquadramento Tarifário

CAPÍTULO V

O ELEMENTO ANÓMALO: A CESE

1. Da Qualificação Jurídico-tributária Atípica da Contribuição Extraordinária sobre o Sector Energético

1.1. A CESE Enquanto Imposto?

1.2. A CESE Enquanto Taxa?

1.3. A CESE Enquanto Contribuição?

2. Quais as Consequências da Desadequação Funcional da CESE?

2.1. A Óptica da Proporcionalidade

2.2. Violação do Princípio da Protecção da Confiança, em Função da Ausência de Delimitação Temporal Real do seu «Carácter Extraordinário»

2.3. Da Desconformidade com o Princípio da Tributação pelo Lucro Real e a Vinculação a uma Liberdade de Gestão Condicional

2.4. Direito de Propriedade: a sua Manifestação Enquanto Propriedade Líquida e Base de Determinação de Inconstitucionalidade por Confisco pela Sobreposição Tributária

2.5. A CESE e a sua Influência em Sede de Concessões da